

Informe FUP

23.10.2008

Petrobrás e subsidiárias garantem aportes de cerca de R\$ 6 bilhões para o Plano Petros

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, o presidente da BR Distribuidora, José Eduardo Dutra, o presidente da Petroquisa, Paulo Cezar Amaro Aquino, e o presidente da Refap S.A., Roberto Ken Nagao, assinaram nesta quinta-feira, 23, os termos de compromisso financeiro para pagamento das dívidas do Plano Petros relativas ao compromisso com o Grupo Pré-70, à correção das pensões e à implantação do FAT/FC. Esses termos garantem o aporte de cerca de R\$ 6 bilhões no Plano Petros, tornando-o equilibrado. Até agosto deste ano, antes do epicentro da crise financeira que derrubou as bolsas de valores, o plano já havia contabilizado déficit de R\$ 4,543 bilhões.

Os recursos garantidos pelas patrocinadoras são decorrentes do Termo de Transação Judicial, homologado pela justiça no dia 26 de agosto, que estabeleceu prazo de 60 dias para assinatura dos contratos de pagamento das dívidas acordadas no processo de repactuação do Plano Petros. Participaram da solenidade de assinatura dos termos de compromisso financeiro, o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, o presidente do Conselho Deliberativo da Petros, Wilson Santa Rosa, o diretor da FUP e conselheiro deliberativo eleito, Paulo César Martin, além de dirigentes das patrocinadoras, da Fundação e da Federação.

O diretor da FUP, Paulo César Martin, frisou a importância deste momento histórico para os participantes e assistidos do Plano Petros, que garantiram um dos maiores aportes financeiros da história do plano, em um momento extremamente grave para os fundos de pensão que amargam perdas bilionárias em todo o mundo em função da crise financeira. Apesar da importância deste fato, a FUP destacou que não teve acesso aos termos de compromisso financeiro em tempo hábil para analisar e avaliar o conteúdo técnico destes documentos. Por isso, a Federação esclareceu aos trabalhadores, através da TV Corporativa, que transmitiu ao vivo a cerimônia para todo o Sistema Petrobrás, que analisará de forma criteriosa esta documentação e verificará se atende ao que foi acordado e homologado pela justiça. O Termo de Transação Judicial garante que os termos de compromisso financeiro estejam totalmente de acordo com o que foi homologado.

As dívidas relativas ao Pré-70, à correção das pensões e ao FAT/FC representavam em dezembro de 2006 cerca de R\$ 4,7 bilhões, cujos valores serão atualizados pelo IPCA mais 6% ao ano. Além do pagamento destas dívidas, o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) garante que a Petrobrás aporte para o Plano Petros mais R\$ 1,4 bilhões (valores de dezembro de 2006) referentes à paridade contributiva. A FUP continua cobrando na Justiça o pagamento das demais dívidas que são objeto da Ação Civil Pública que a Federação e seus sindicatos movem contra a Petrobrás e que segue em tramitação na 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

A repactuação do Plano Petros garantiu o maior acordo da história da categoria petroleira e do sistema de previdência complementar do Brasil. Os recursos que serão injetados no patrimônio do plano garantirão o seu equilíbrio atuarial e o saneamento de déficits técnicos que vêm se arrastando há anos. Além disso, a

repactuação do Plano Petros propiciará aos participantes e assistidos uma série de benefícios, como a correção das pensões, a redução do limite de idade para o grupo 78/79, o custeio paritário do plano e a paridade na gestão da Petros. Essas conquistas serão implementadas assim que a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovar as mudanças no Regulamento do Plano Petros.

No último dia 16, o DEST (departamento do Ministério do Planejamento responsável pela coordenação e controle das empresas estatais) autorizou as alterações no regulamento do Plano Petros, após várias gestões da FUP em Brasília. A Federação também conquistou mais uma vez na mesa de negociação com a Petrobrás o adiantamento da correção do benefício dos aposentados e pensionistas que repactuaram (reajuste da parcela do INSS).

Todas as conquistas do vitorioso processo de repactuação do Plano Petros já poderiam ter sido implementadas, não fosse o terrorismo judicial imposto pelos divisionistas que dirigem as associações de aposentados, AEPET e sindicatos que impuseram à categoria a desfiliação à FUP.

Direção Colegiada da FUP